



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE
Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque

AUDIÊNCIA PÚBLICA, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2025.

Ata 19ª Audiência Pública da 1ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura da Câmara Municipal de Rio Branco – estado do Acre: Debate a respeito das medidas a serem aplicadas na retirada das famílias que residem na região do “Papoco” – Bairro Dom Giocondo.

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e trinta minutos, no Plenário da Câmara Municipal de Rio Branco; sob a presidência do vereador: **Fábio Araújo**. Secretário: **Aiache**. Presentes ainda: Promotor Thales Ferreira; Alexa – Defensora Pública; João Marcos Luz – Secretário de Direitos Humanos; Geraldo Farias – Diretor Habitacional; Francisco Alrimar – representante da UMARB; Maria do Socorro – Assistente Social da SEINFRA; Wellington – Presidente de Bairro; Yasmin da Silva Almeida e Maria José dos Santos Barroso – Psicólogas do CentroPOP; Lucielen Sampáio Lopes – Agente administrativa do CentroPOP; Gabriel Ferreira Bezerra – Coordenador do CentroPOP; Suelen Farias Costa – Diretora de Direitos Humanos da SASDH; Aniele Morais de Souza – Gerente de Proteção Social Básica; Gleiciane; Diana Cláudia – moradoras; Ângela Aguiar Assistente social do CentroP e Ivan representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos. O proponente explicou o rito da audiência pública. **Vereador Fábio Araújo** assomou à tribuna, explicou que o objetivo da audiência é compreender como estava sendo conduzido o processo de retirada ou a intenção de retirada da comunidade do Papoco, relatou que, diante das manifestações da Prefeitura de Rio Branco sobre o início da tramitação dessa remoção, começaram a surgir cobranças e pedidos de ajuda por parte da população afetada, contou que foi recebido no local, pelos moradores e, posteriormente, levou a situação à Câmara Municipal por meio de uma tribuna popular, segundo ele, moradores alegaram que a Prefeitura de Rio Branco não havia realizado o levantamento necessário para a retirada e que o único levantamento feito se referia apenas ao Cadastro Único e ao Bolsa Família, relatou que essas foram as pautas tratadas na Casa Legislativa e que entrou em contato com o Ministério Público, falou que encaminhou-se a realização daquela audiência pública, a fim de reunir a comunidade, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a Prefeitura de Rio Branco, afirmou que o papel do Legislativo, nesse momento é o de mediar a situação, e expressou o desejo de que todas as partes presentes possam esclarecer as dúvidas e contribuir com a população local que, segundo ele, não quer deixar o lugar, mas sim receber melhorias, recordou que sua primeira atuação parlamentar, em 2021, logo ao assumir o mandato, foi justamente uma visita ao Papoco, onde na ocasião, solicitou à Prefeitura melhorias para a região e, após muita insistência, foram construídas duas escadarias, dando acesso à comunidade, além da retirada de um lixão que existia na entrada do bairro, destacou que essas foram as únicas benfeitorias feitas nos últimos cinco anos de seu mandato e que isso não ocorreu por falta de pedidos, indicações ou cobranças, pois esteve diversas vezes no local, relatou, a Prefeitura sempre responde apenas que as obras estão na programação, sem que nada seja efetivamente executado, afirmou ainda que foi surpreendido com a notícia da remoção dos moradores e fez questão de esclarecer que o Papoco, em suas palavras; não é “terra de drogados” nem “cracolândia”, como já havia ouvido, ressaltou que ali vivem famílias há mais de 40 anos e que trata-se de uma região nobre, com grande potencial para receber investimentos públicos e manter a cultura da comunidade, defendeu que a área, pela vista privilegiada do Rio Acre e da região da Cidade Nova até o estádio Florestão, poderia ser valorizada de forma turística e social, ao invés de se promover a retirada dos moradores e pediu que a gestão municipal invista no local, com intervenções voltadas ao desenvolvimento e não apenas à remoção. **Francisco Alrimar** assomou à tribuna, iniciou sua fala esclarecendo que a UMARB, não é contra a remoção, mas contra a forma está sendo gerida a situação, explicou que haviam chegado informações à ele e a comunidade de que a remoção para determinados bairros poderia comprometer a segurança dos moradores, destacou que, conforme mencionado anteriormente, seria mais adequado que os benefícios

11

5



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE

Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque

fossem aplicados na própria área do Papoco, em vez de remover as famílias, relatou conhecer pessoalmente alguns moradores do local, inclusive um que vive ali desde a infância, e reforçou que a comunidade não deveria ser estigmatizada como “terra de drogados”, pois ali residem pessoas de bem, de família, pediu às autoridades que olhem para a situação sob uma perspectiva humana e social, e não pelo preconceito que rotula os moradores como problemáticos ou indignos de permanecer no local, afirmou que não se deve tratar essas pessoas como se merecessem ser removidas sem critérios adequados, alertou ainda sobre um problema grave relacionado à segurança pública, mencionando que o país enfrenta questões sérias ligadas a facções, segundo ele, retirar os moradores do Papoco poderia, inclusive, gerar um cenário de conflito e até um possível genocídio, por fim, fez um apelo à Prefeitura para que observe a questão social e tenha empatia pelos moradores, e encerrou sua fala com o desejo de que sua mensagem seja ouvida e considerada. **Gleiciane assomou** à tribuna, explicou que é veiculado na mídia, mostrado em reportagens que o bairro é frequentemente associado a uma “cracolândia”, mas afirmou que quem realmente visita o Papoco e vive a realidade dos moradores sabia que tal informação não corresponda à verdade, relatou que, após o fechamento do Centro Pop, o número de moradores de rua na região aumentou, e reconheceu que essas pessoas, sim, precisavam de moradia e apoio, que é ali na comunidade que conseguem alimento e banho, já que haviam perdido esse direito no centro, mas ressaltou que os moradores fixos do bairro já possuíam suas casas, segundo ela, o que a comunidade deseja não é ser removida, mas receber melhorias, contou que mora no local há 14 anos e conhece o bairro desde seus bisavós, que sua família sempre viveu ali, bisavós, avós, pais, ela, seus filhos e netos e destacou que a retirada da comunidade não resolveria os problemas de criminalidade do Acre, nem eliminaria os pontos de venda de drogas, argumentou que existiam áreas da cidade em situação muito pior, citando a Cidade Nova, que frequentemente sofria com alagamentos, enquanto o bairro Papoco não enfrenta essa problemática, reforçou que o que a comunidade precisa é de estrutura, não de remoção, pediu que, antes de divulgar informações na mídia, as pessoas fossem até o bairro conhecer a realidade dos moradores, lamentou que o bairro fosse julgado apenas por aspectos negativos e não pelos pontos positivos, falou que as crianças nunca tiveram uma área de lazer, algo que ela vem reivindicando ao poder público há mais de 10 anos, relatou que as crianças brincam e jogam bola no meio da rua por falta de espaço adequado e que os moradores precisam se deslocar até outros bairros, como a 6 de Agosto, para conseguir atendimento médico, mesmo havendo espaço para um posto de saúde local, pediu que as autoridades olhem para a comunidade com outros olhos, reconhecendo que ali vivem famílias de bem, pessoas formadas, trabalhadoras e empreendedoras, mencionou que o bairro tem salões de beleza, óticas, pensões, comércio, cultura e até pontos turísticos, defendeu que, embora algumas casas fossem sejam, elas são firmes e seguras, e que em todos os anos que viveu ali, nunca presenciou uma casa desabar ou ser atingida por enchentes, que as moradias apenas são humildes porque muitos moradores não tem condições financeiras de reformá-las, fez um apelo para que os representantes públicos ouçam a comunidade com atenção, considerando as reais necessidades dos moradores do Papoco e encerrou pedindo que as autoridades olhassem por eles com humanidade e respeito. **Sr. Eduardo**, morador do Papoco, assomou à tribuna, iniciou sua fala se apresentando como administrador de empresas e mestre de capoeira, responsável por um grupo que desenvolve atividades com crianças e jovens, contou que, devido à falta de estrutura no bairro, é obrigado a levar as crianças até o centro da cidade, utilizando o espaço de uma escola cujo diretor havia cedido a quadra para a prática da capoeira, comentou sobre um relatório elaborado pela Secretaria, destacando que, sob a perspectiva da comunidade, sempre que a Prefeitura aparecia na região, o que é raro e, geralmente, acontece em períodos eleitorais, os moradores acreditavam se tratar de algum benefício ou programa social, e por isso se dispunham a participar de cadastros e levantamentos, ele explicou que alguns moradores até aceitam sair do local, o que é um direito deles, mas que a grande maioria, cerca de 95% da população não quer deixar o bairro, contrariando as informações apresentadas no relatório da Secretaria, diante disso, convidou o secretário presente na audiência a visitar pessoalmente a comunidade, conhecer as famílias e ver de perto a realidade local, reforçou que o bairro não é formado por dependentes químicos, como muitos imaginam, e que a maior parte dos moradores não tem qualquer relação com essa população, que se deslocou para o Papoco após o fechamento do Centro Pop, ele lembrou que o prefeito, durante o



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE

Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque

período eleitoral, havia prometido melhorias à comunidade, como a construção de acessos, duas escadas de madeira com cerca de 15 degraus, um trapiche para facilitar a locomoção dos moradores que vivem nas partes mais baixas e a revitalização do espaço cultural, que seria instalado na antiga Escola Madre Elisa Andreoli, contou que a escola, que está desativada, havia sido dirigida por Anitta do Santo, moradora da comunidade e liderança respeitada, que lutou até sua morte para que o local não fosse fechado, segundo Eduardo, o espaço te potencial para se tornar o “Centro Cultural” do bairro, um sonho coletivo que permitirá às crianças e jovens saírem das ruas e utilizarem uma quadra adequada para lazer e práticas esportivas, pediu que qualquer ação de remoção seja dialogada com os moradores, explicando para onde seriam levados, especialmente por conta dos riscos de violência em algumas áreas, como o bairro Rosalinda, com constantes registros de conflitos, afirmou que a comunidade só quer: energia elétrica, iluminação pública, um posto de saúde e condições mínimas para viver com dignidade e segurança e enfatizou que ali vivem muitos trabalhadores honestos. **Wellington** assomou à tribuna, falou que é morador há 38 anos e presidente da comunidade do Papoco há 05, manifestou-se contra a remoção dos moradores da área, destacou seu amor e compromisso com a comunidade, relatando que, no passado, havia diálogo e respeito por parte de antigos gestores públicos, como o secretário Wellington Chaves e o vereador João Marcos, criticou a atual gestão por divulgar informações negativas sobre o Papoco nas redes sociais e afirmou que a comunidade é composta por pessoas de bem, com casas estruturadas e famílias trabalhadoras, disse que qualquer lugar tem problemas, mas que o Papoco não é um local de criminalidade como se tenta mostrar, pediu respeito, verdade e que a prefeitura leve melhorias à comunidade, em vez de removê-los, reiterou que as famílias não querem sair do local, que é um lugar de raízes, cobrou o cumprimento de antigas promessas, como a reativação da escola Madeleine Anderoli para servir como centro cultural, alertou sobre os riscos de transferir os moradores para áreas mais violentas e finalizou pedindo apoio dos órgãos públicos para que o Papoco permaneça onde está e receba investimentos. **Diana Cláudia**, assomou à tribuna, expressou com emoção sua rejeição à remoção das famílias da comunidade, afirmou que não querem sair de seus lares, onde criaram os filhos e construíram suas histórias de vida. Destacou que todos já estão adaptados ao local e questionou o motivo de serem obrigados a ir para um lugar desconhecido e sem vínculo, argumentou que, se o problema são as condições das casas, o poder público deveria reformá-las no próprio terreno onde vivem, e não remover as famílias, ressaltou que no Papoco moram pessoas trabalhadoras, pais e mães de família, e que as crianças estão integradas à comunidade e à escola local, finalizou dizendo que a comunidade não aceita ser retirada e declarou firmemente: “nós não vamos sair.” **Maria Socorro Moreira de Souza**, assomou à tribuna, abordou sua trajetória e apego à comunidade do Papoco, explicou que era moradora do local desde 2019, onde se tornou microempreendedora no ramo de ótica, atividade que exercia havia 25 anos. Relatou que vivia do trabalho realizado em sua própria casa e destacou que não desejava sair dali, pois havia conquistado o lar com muito esforço, após anos morando de aluguel, contou que jornalistas já estiveram em sua residência para registrar a realidade da comunidade e que o principal pedido dos moradores era apenas por melhorias, como infraestrutura e saneamento. Segundo ela, as inundações que atingiam a região não vinham do rio nem da chuva, mas de vazamentos do sistema de abastecimento, defendeu que, com instalações adequadas, os moradores poderiam manter seus quintais limpos, plantar e viver com dignidade, ressaltou que as famílias do Papoco são formadas por pessoas trabalhadoras, que pagam água e luz, e que o povo pobre também tem dignidade, sentimento e direito a uma moradia digna, questionou como poderiam sobreviver caso fossem removidos para locais distantes, sem estrutura e sem clientela para seus negócios, relatou ter sido informada de que havia assinado um documento concordando com a remoção, mas afirmou que nunca foi consultada nem autorizou sua saída, declarou com firmeza que não deseja sair de sua casa, pois é ali que construiu sua vida e deseja continuar produzindo e contribuindo para a comunidade, finalizou pedindo respeito e reafirmando: “não vamos sair de lá.” **Vereador Aiache**, assomou à tribuna, destacou a importância de estar na audiência para ouvir diretamente a comunidade sobre o caso da possível remoção dos moradores do Papoco, explicou que fez questão de comparecer porque já viveu situação semelhante em 1988, quando morava na Base e enfrentou uma grande alagação que levou o poder público a querer retirar os moradores do local, afirmou que deseja compreender a real motivação da proposta de remoção, falou ter ouvido menções à



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE

Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque

criminalidade e à violência, mas que, em sua visão, esse não seria um motivo legítimo para retirar famílias inteiras de suas casas, compartilhou lembranças pessoais das dificuldades que enfrentou quando precisou se deslocar da Base até o Colégio Acreano, enfrentando longas distâncias, sol forte e falta de dinheiro, elogiou a realização da audiência e o presidente Fábio Araújo por abrir espaço ao diálogo, disse compreender o sentimento da comunidade e enfatizou que, embora para alguns o reassentamento tenha trazido melhorias, isso não significa que trará o mesmo resultado para todos, afirmando que é essencial ouvir o que a comunidade quer antes de qualquer decisão e finalizou colocando-se à disposição dos moradores. Ivan assomou à tribuna, explicou que a Secretaria nunca se furtou ao diálogo com a comunidade do Papoco, ao contrário do que foi dito, a equipe técnica da Assistência Social está presente frequentemente na área, prestando atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade, relatou que, em 2024, foi realizada uma ação conjunta no bairro, com a presença do Ministério Público, para acompanhar a situação das famílias, esclareceu que as equipes da Assistência Social não realizam ações de saúde, pois essa não é sua competência, mas sim ações voltadas à garantia de direitos e atendimento às pessoas em situação de vulnerabilidade social, destacou que foi realizado um levantamento denominado Força Econômica, instrumento previsto na Política Municipal de Assistência Social, voltado à identificação e cadastramento das famílias do local, explicou que, por meio desse instrumento, são coletadas informações sobre os moradores e as condições em que vivem, o que serve de base para possíveis encaminhamentos e políticas públicas, informou que a Secretaria recebeu notificação do Ministério Público, por meio do promotor de Direitos Humanos, Dr. Tales, e que também há um relatório técnico da Defesa Civil classificando a área como de risco, solicitando apoio da Assistência Social para atuar junto aos moradores, lamentou que a Defesa Civil não estivesse presente na audiência, pois seria importante apresentar o conteúdo técnico desse estudo, relembrou que o CRAS Sobral é responsável pelo atendimento da região e que, em 2024, foi identificada insegurança alimentar e vulnerabilidade social entre as famílias, o que levou à distribuição de cestas básicas e à oferta de transporte para que os moradores pudessem acessar os serviços do CRAS, enfatizou que a questão da segurança pública não é de responsabilidade da Assistência Social, mas da própria segurança municipal, reforçou que a Secretaria está aberta ao diálogo e à escuta da comunidade, mas que qualquer remoção ou relocação precisa ser planejada com cuidado, garantindo o acesso das famílias à educação, saúde e direitos básicos, reafirmou o compromisso do poder público em ouvir todos os moradores, trabalhar de forma integrada com outras instituições e buscar uma solução que respeite os direitos e a dignidade de cada família do Papoco. João Marcos assomou à tribuna, iniciou destacando a importância do diálogo para esclarecer informações e tranquilizar os moradores do Papoco, informou que já havia discutido o assunto com os vereadores Mustafa e Leônico Castro, e ressaltou que alguns órgãos importantes, como a Defesa Civil e o promotor de urbanismo e habitação, Dr. Rolim, não estavam presentes, embora fossem fundamentais na discussão, enfatizou que levou a equipe técnica da Secretaria, composta por psicólogos e assistentes sociais, para realizar o trabalho de campo, pois o tema é técnico e não político, explicou que as áreas atingidas são classificadas pela Defesa Civil como de risco e condenadas, motivo pelo qual foi feito um estudo socioeconômico para identificar quem realmente vive em vulnerabilidade e tem direito a ser incluído em programas habitacionais, destacou que a Prefeitura está construindo 200 casas, dentro do primeiro projeto habitacional municipal de Rio Branco, e que o prefeito Tião Bocalom decidiu priorizar as famílias do Papoco, devido à gravidade da situação local, com deslizamentos e condições insalubres, afirmou que ninguém será removido à força e que tudo será feito com diálogo e transparéncia, respeitando o acompanhamento do Ministério Público e demais órgãos competentes. Reforçou que a intenção é garantir moradia digna às famílias em risco, e não permitir que continuem vivendo em condições precárias, e encerrou dizendo que será criada uma comissão para acompanhar o processo e que os moradores serão convidados a visitar as novas casas antes de qualquer decisão final. Diana Cláudia assomou à tribuna, destacou que a Defensoria Pública não tinha conhecimento prévio da situação do Papoco, informou que haverá uma reunião na Defensoria no dia seguinte, com diversos núcleos, como Direito Ambiental, Moradia, Infância e Saúde, convidou o presidente da comunidade e alguns moradores para participarem, questionou o secretário sobre se os moradores foram informados de que a área estava condenada pela Defesa Civil durante a visita da equipe técnica, ressaltando que a Defensoria não teve acesso

2



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE
Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque

ao relatório da Defesa Civil. Segundo ela, perguntar aos moradores se desejam sair do local sem explicar o motivo (a condenação da área) é algo incoerente e pode causar confusão, afirmou que a população está assustada e mal informada e que é preciso transparência, diálogo e empatia, criticou a forma como a situação foi conduzida pela Secretaria de Assistência Social, dizendo que a abordagem causou desespero em vez de acolhimento, função que a pasta deveria exercer, destacou que a remoção de famílias exige planejamento e justificativa clara, lembrou que em outras situações de alagamento no Acre, as pessoas foram colocadas em aluguel social, mas depois não houve destinação adequada para as áreas desocupadas, o que faz com que outras famílias voltassem a ocupar esses locais de risco, cobrou acesso aos dados e relatórios do programa habitacional, afirmou que a Defensoria tem dificuldade em obter respostas formais das secretarias municipais, questionou qual será o destino da área condenada, pediu que a Defesa Civil apresente medidas concretas para evitar novos desmoronamentos e reforçou que antes de remover as pessoas, é preciso apresentar soluções e projetos estruturais claros e garantiu que a Defensoria está à disposição da comunidade para defender seus direitos e promover um debate amplo e transparente. Dr. Tales, assomou à tribuna, iniciou sua fala recordando que, em 2024, ele era um frequentador assíduo da região do Papoco, na época, observava o local e se questionava se havia escola, posto de saúde, área de lazer ou quadra de esportes, e quantas crianças viviam ali, relatou que, no fundo, sabia que nenhum desses equipamentos públicos existia, contou que, após visitar a comunidade, instaurou um procedimento no Ministério Público e convidou promotores da infância, da segurança pública e de outros núcleos para acompanharem o caso, com o objetivo de avaliar possibilidades de intervenções estruturais, solicitou relatórios à Defesa Civil, ao Núcleo de Assistência Técnica e a outros órgãos, até que recebeu também um relatório da Prefeitura, entregue pessoalmente pelo secretário municipal, na ocasião, o promotor afirmou que não atuaria no caso do Papoco sob a ótica de uma remoção forçada, mas recomendou que qualquer medida de realocação fosse precedida de diálogo com os moradores, garantindo que as famílias permanecessem próximas ao território e que conhecessem os locais para onde seriam levadas, essa recomendação, segundo ele, foi encaminhada ao gabinete do prefeito e ao secretário municipal. Dr. Tales explicou que, em seus dois anos à frente da Promotoria de Direitos Humanos, buscou atuar com presença e diálogo, falou ter refletido sobre as desigualdades sociais, lembrando que o Brasil está entre os países mais desiguais do mundo e que o Acre ocupa uma das piores posições nos índices de desigualdade, comentou que, em seus estudos e experiências, compreendeu que a superação dessas desigualdades depende do fortalecimento do senso de comunidade, revelou que, embora o conceito parecesse abstrato, foi no Papoco que ele realmente entendeu o que significa senso de comunidade, ao observar a união, o apoio mútuo e a solidariedade entre os moradores, relatou que está há dez anos atuando no Acre, tendo conhecido todas as cidades do estado, e que já trabalhou em situações de enchente, como em Sena Madureira, onde ajudou pessoalmente moradores a protegerem seus pertences. Disse que, ao reencontrar no Papoco essa mesma solidariedade, reviu suas concepções e passou a defender um diálogo aberto com a comunidade, em que quem quisesse sair poderia sair, e quem desejasse ficar deveria ser ouvido, reafirmou que não admitiria qualquer violação à dignidade humana e destacou que o Ministério Público atuaria para garantir o respeito às pessoas, comentou também que havia solicitado uma limpeza na área, que foi realizada pela Prefeitura após seu pedido, explicou as competências do Ministério Público, mencionando que existem promotores responsáveis por questões ambientais, geológicas e de moradia, e que sua função, como promotor de Direitos Humanos, é proteger a dignidade e intervir em conflitos sociais, levantou questionamentos sobre a falta de políticas públicas de habitação no centro de Rio Branco, destacando a existência de imóveis abandonados que poderiam ser aproveitados para projetos habitacionais, inclusive verticais, evitando deslocar comunidades inteiras, citou que o Papoco tem uma história própria, que representa parte da história popular da cidade, e que essa memória não pode ser apagada, afirmou que flexibilizou sua posição após conhecer pessoalmente a comunidade e reconheceu ali um exemplo de senso de pertencimento e solidariedade social, assumiu publicamente o compromisso de atuar ao lado da comunidade do Papoco, buscando uma solução justa e dialogada, seja para permanência, obras de contenção ou realocação. Ressaltou que qualquer medida deverá vir acompanhada de políticas públicas efetivas, pois não se pode retirar famílias de uma área sem oferecer alternativas dignas e planejamento posterior, e concluiu



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE

Rua Hugo Carneiro, nº 567 – Bairro Bosque

dizendo que o caso do Papoco só terá solução verdadeira quando houver respeito, diálogo e participação da própria comunidade na construção das decisões. Geraldo Farias, assomou à tribuna, iniciou sua fala esclarecendo ao promotor e aos presentes que nem todo espaço público é apropriado para moradia, pois o Ministério das Cidades estabelece critérios técnicos para que uma área seja considerada habitável, explicou que áreas alagadas ou com risco de deslizamento não podem receber construções habitacionais, o que representa um dos maiores desafios da Secretaria, pois há limitação de terrenos adequados para esse fim, para superar essas restrições, o município tem apostado na verticalização das moradias, ou seja, na construção de prédios de apartamentos, citou como exemplos como; Tucumã, com 16 unidades; Bonsucesso, com 32 unidades, falou que esses conjuntos integram o programa Minha Casa, Minha Vida, que atualmente soma 445 unidades habitacionais em andamento, distribuídas também em áreas como Santa Afonso e Rosalinda, estas ainda com possibilidade de ampliação horizontal, além do Minha Casa, Minha Vida, Geraldo explicou que a Diretoria trabalha com outros dois programas habitacionais: Minha Dignidade – com 416 unidades em fase de credenciamento junto à Caixa Econômica, localizadas nos bairros Juarez Távora e Portal. Há também parcerias público-privadas, com 600 unidades previstas (500 no Juarez Távora e 100 no Tancredo Neves). Viver com Dignidade (ou Mil e Uma Dignidade) – atuando em áreas como Rosalinda, Santa Afonso e Carandá, com obras em andamento e construção de infraestrutura básica para receber as casas, ressaltou que todas as habitações de interesse social devem atender às premissas legais, como infraestrutura básica (água, energia, esgoto e vias de acesso); espaços de lazer; postos de saúde e escolas dentro de um raio de alcance determinado, informou ainda que existe um relatório público da Defesa Civil, que indica as áreas seguras e condenadas para habitação. Esse relatório é atualizado a cada revisão do Plano Diretor, os últimos datam de 2012 e 2022, e pode ser consultado por qualquer cidadão ou entidade, por fim, ele colocou tanto a SEINFRA quanto a Diretoria de Habitação à disposição para esclarecimentos e colaborações técnicas, reforçou que o objetivo é garantir moradias seguras e adequadas dentro dos parâmetros legais e urbanísticos. A sessão foi encerrada com o convite para registrar uma foto com os moradores presentes, simbolizando o compromisso de continuidade do diálogo. Nada mais havendo a constar, a sessão foi encerrada às doze horas, para os devidos fins, foi lavrado o presente ato que, após ser lida e aprovada, foi assinada pelo presidente e secretário:



FÁBIO ARAUJO

Presidente da Audiência



AIACHE

Secretário